

Em busca de traços de conservadorismos lexicais: um estudo na fala capixaba

In search of traces of lexical conservatism: a study in Espírito Santo speech

Sânia Fontoura FERNANDES*
Aparecida Negri ISQUERDO**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir relações entre o léxico e o fenômeno do conservadorismo linguístico, com base no exame de uma amostra do vocabulário de falantes de quatro cidades do interior do estado do Espírito Santo, documentada pela equipe de pesquisa do Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil). Os dados lexicais analisados foram obtidos por meio das perguntas 075, 076, 077 e 078, do Questionário Semântico-lexical do Projeto ALiB, área semântica da *fauna*, mais especificamente as partes do *cavalo* e do *boi*. O estudo orienta-se por fundamentos teóricos da Lexicologia, da Dialectologia e da Geolinguística e busca verificar, do ponto de vista diatópico, a presença de fatores de natureza histórica e sociocultural que podem contribuir para o processo de conservação lexical na fala de grupos representativos de cidades do interior do Brasil, no caso do estado do Espírito Santo. Em síntese, o estudo

ABSTRACT: This work aims to discuss the relationship between the lexicon and the phenomenon of linguistic conservatism, based on the examination of a sample of the vocabulary of speakers from four cities in the interior of the state of Espírito Santo, documented by the research team of the ALiB Project (Linguistic Atlas of Brazil). The analyzed lexical data were obtained through questions 075, 076, 077 and 078, from the ALiB Project's Semantic-lexical Questionnaire, semantic area of fauna, more specifically the parts of the horse and ox. The study is guided by theoretical foundations of Lexicology, Dialectology and Geolinguistics and seeks to verify, from a diatopical point of view, the presence of factors of a historical and socio-cultural nature that may contribute to the process of lexical conservation in the speech of representative groups of cities in the interior of Brazil, in the case of the state of Espírito Santo. In summary,

* Mestranda em Estudos de Linguagens pela UFMS/Campo Grande. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7831-8540>. sannyferufms@gmail.com.

** Doutora em Letras (Linguística e Língua Portuguesa) pela UNESP/Araraquara. Docente permanente na Pós-Graduação stricto sensu da UFMS – Estudos de Linguagens/FAALC e Letras/CPTL. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1129-5775>. aparecida.isquerdo@gmail.com

demonstrou aspectos da relação entre o léxico e a história social das localidades pesquisadas, além de ter apontado indícios de marcas de conservadorismo no vocabulário do grupo investigado.

the study demonstrated aspects of the relationship between the lexicon and the social history of the locations surveyed, in addition to pointing out signs of conservatism in the vocabulary of the investigated group.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico. Conservadorismo Linguístico. Variação diatópica. Geolinguística.

KEYWORDS: Lexicon. Linguistic Conservatism. Diatopic variation. Geolinguistics.

1 Introdução

Tratar das formas conservadoras da língua, dos falares antigos implica considerar o léxico, particularmente o de caráter regional, inserido nos eixos do espaço e do tempo, tendo em vista o caráter dinâmico e heterogêneo do sistema lexical, razão pela qual, no decorrer do tempo, unidades lexicais, ora se fixam ora se expandem por uma determinada área geográfica. A conservação, manutenção de formas lexicais em um espaço geográfico relaciona-se, pois, ao caráter conservador do léxico, que se manifesta mais comumente em localidades de menor extensão geográfica, áreas rurais, sobretudo as localizadas distante dos grandes centros urbanos e, conseqüentemente, menos propensas a influências externas que podem se refletir no acervo lexical dos falantes, como o desenvolvimento industrial e os meios de comunicação de massa cada vez mais sofisticados, dentre outros fatores.

Os indícios de conservadorismos lexicais também são mais evidentes entre falantes mais idosos que, normalmente, na comunicação diária, se valem de unidades lexicais internalizadas na base de sua formação linguística, passando a serem utilizadas como uma forma de pertença do seu passado e de preservação de sua memória, da sua história e cultura, constituindo, assim, a norma lexical desses falantes.

Nesse viés, este trabalho aborda a questão do fenômeno do conservadorismo linguístico no léxico capixaba, com base em dados do Projeto Atlas Linguístico do

Brasil (Projeto ALiB)¹, mais precisamente os documentados nas cidades de Barra de São Francisco, São Mateus, Santa Teresa e Alegre, localizadas no interior do estado do Espírito Santo, região Sudeste do Brasil².

O estudo analisa formas lexicais que nomeiam referentes do meio rural fornecidas por falantes dessas quatro localidades, como também busca verificar em que medida fatores de natureza sociocultural e histórica inerentes a essas regiões podem influir nas escolhas lexicais do grupo. E, ainda, examina-se a distribuição espacial dos dados documentados, buscando verificar aspectos da relação entre as unidades léxicas apuradas e a história social das localidades selecionadas.

Para tanto, buscou-se suporte teórico fornecido pela Lexicologia, pela Dialectologia e pela Geolinguística. A análise semântico-lexical do conjunto vocabular catalogado foi subsidiada também pela consulta a obras lexicográficas representativas de diferentes momentos da história da Língua Portuguesa, como Bluteau (1712-1728); Silva (1813); Houaiss (2001); Ferreira (2009); Aulete (2006), tendo em vista que a temática deste estudo também considera aspectos da variação lexical no eixo temporal como referência para analisar dados sincrônicos.

Este artigo estrutura-se em seis tópicos. O item dois, na sequência, traz a discussão do aporte teórico em que se fundamenta o trabalho, enquanto o tópico três apresenta uma breve contextualização histórica das áreas geográficas investigadas. Por sua vez, o item quatro discute os pressupostos metodológicos que nortearam o estudo e, na sequência, o tópico cinco é destinado à análise dos dados. Seguem-se, por fim, as considerações finais e as referências.

¹ Informações a respeito do Projeto ALiB podem ser obtidas por meio de consulta ao site do ALiB: <https://alib.ufba.br/>.

² O texto discute um recorte de dados do projeto de dissertação intitulado “Da trilha ao caminho: um estudo do rural e do urbano no léxico de falantes da região Sudeste do Brasil”, em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens/FAALC/UFMS, sob a orientação do Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo.

2 O léxico: ramos de estudo

Para nomear seres e objetos, o homem se vale de um vasto repertório de palavras que compõem o léxico da língua, o acervo vocabular do indivíduo e do grupo social ao qual está inserido. Conforme Biderman (1992, p. 399),

O léxico é o tesouro vocabular de uma língua, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não-linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do presente e do passado da sociedade. Esse tesouro constitui um patrimônio da sociedade, juntamente com outros símbolos verbais da cultura.

Dado o seu caráter dinâmico, o léxico está sujeito a expansões frequentes ao longo do tempo, pois, à medida que o homem amplia os seus conhecimentos, sente necessidade de renovar o seu acervo vocabular, uma condição para acompanhar as transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que o circundam.

Observa-se, pois, que o falante é o principal responsável pelo processo criativo e expansivo do léxico de uma língua. Como já registrara Biderman (2001, p. 180), “embora o léxico seja patrimônio da comunidade linguística, na prática, são os usuários da língua – os falantes, aqueles que criam e conservam o vocabulário dessa língua”.

O léxico corresponde, pois, ao nível linguístico que melhor retrata o modo de ver e representar a realidade. Nesse domínio, o homem reflete sua individualidade e demarca sua identidade perante os demais membros do seu grupo. Nessa linha de raciocínio, Oliveira e Isquerdo (2001, p. 9) assinalam que,

Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade linguística, como também as inovações tecnológicas, transformações socioeconômicas e políticas ocorridas numa sociedade.

Nesse sentido, o léxico pode ser entendido como o acervo vocabular do qual os falantes se utilizam para a comunicação e interação no âmbito do seu grupo social. O seu caráter expansivo decorre, dentre outros fatores, das necessidades do falante de aprender novas palavras e/ou de ressignificar outras já existentes, para acompanhar e se adaptar aos avanços da sociedade na qual está inserido. No âmbito individual, o léxico expressa a identidade e a subjetividade do falante. Quando socializado, dissemina particularidades de uma comunidade, seu modo de falar, sua realidade social, histórica e cultural.

A Lexicologia, disciplina da Linguística que se ocupa do estudo científico do léxico, tem como sua maior finalidade descrever e analisar a estruturação e a funcionalidade do léxico: “tomará por critério o rendimento funcional: a palavra será considerada uma unidade de significação realizada por fonemas e sempre identificável como tal, em função de suas possibilidades de comutação numa frase para formar novas frases” (DUBOIS et al, 1993, p. 374).

Dado o seu objeto, a Lexicologia relaciona-se com a Semântica, à medida que considera em seu objeto de estudo os diferentes significados da palavra, termo esse de uso geral, como esclarece Biderman (1999, p. 88):

Vamos usar as palavras vocábulo e palavra para as realizações discursivas, continuando a longa tradição do português e respeitando a sinonímia implícita na mente dos falantes do idioma. [...] precisamos designar diferentemente as unidades do sistema e do discurso quando tratamos cientificamente a língua. No caso da unidade lexical abstrata, será melhor utilizar o termo lexema para denominar as unidades virtuais que compõem o léxico. Estabeleceríamos as seguintes oposições e correlações: léxico é o conjunto abstrato das unidades lexicais da língua [...].

Outra área da Linguística que tem o léxico como um dos seus focos de estudo é a Dialetoлогия, disciplina que tem como objeto a descrição e da interpretação dos diferentes modos de falar de uma comunidade linguística, considerando, dentre

outros níveis, o lexical. Estuda as línguas em suas variadas formas de uso e sua respectiva distribuição espacial (diatópica), sem, contudo, desconsiderar o aspecto social da língua. Resumindo, a Dialetologia, conforme Cardoso (2010, p. 15), “é um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica”.

Amadeu Amaral, na sua obra pioneira “O Dialeto Caipira”, publicada em 1920, já defendia a necessidade de registro e estudo da língua falada no Brasil no seu aspecto regional. Ponderara o autor: “fala-se muito num “dialeto brasileiro” [...] entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados” (AMARAL, 1976, p. 43)³. O autor destaca a pertinência dos estudos dialetais, como forma de descrever a língua na perspectiva espacial, ao assinalar que:

Tais contribuições permitiriam, um dia, o exame comparativo das várias modalidades locais e regionais [...] e por ele a discriminação dos fenômenos comuns a todas as regiões do país, dos pertencentes a determinada região, e dos privativos de uma ou outra fração territorial (AMARAL, 1976, p. 44).

No âmbito dos estudos dialetais, também merece consideração a contribuição de Antenor Nascentes, em particular a sua obra *O linguajar carioca*, publicada em 1922 e ampliada em 1953, na qual, pautando-se na abertura das vogais pretônicas e aspectos prosódicos, o autor propôs uma divisão dialetal do Brasil. Apontando variações do português brasileiro por regiões, dividiu-o em dois grandes falares, o do Norte e o do Sul.

³ A primeira edição dessa obra foi publicada em 1920. Para este trabalho foi consultada a edição de 1976, publicada pela Editora Hucitec.

O registro sistemático de dados documentados *in loco* pelas pesquisas dialetológicas em mapas linguísticos é orientado pelos contributos da Geolinguística, área do conhecimento que surgiu em fins do século XIX e que fornece métodos de mapeamento cartográfico da realidade linguística que, por sua vez, evidenciam diferenças diatópicas quanto ao modo de falar de um grupo social num determinado momento da história da língua, representando-as por meio de mapas linguísticos. Assim, a Geolinguística ocupa-se da distribuição da língua no espaço geográfico por meio do registro de fenômenos dessa língua em mapas linguístico-cartográficos que compõem os Atlas Linguísticos.

Seguindo essas orientações teóricas publica-se, em 1963, o Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB, primeiro atlas linguístico brasileiro, tendo como autor Nelson Rossi e como coautoras Carlota Ferreira e Dinah Maria Isensee, ao qual muitos outros se seguiram, incluindo os dois primeiros volumes do ALiB – Atlas Linguístico do Brasil publicados em 2014 (CARDOSO *et al.*, 2014a; CARDOSO *et al.*, 2014b).

Nesse contexto, as disciplinas que têm o léxico como objeto de estudo se beneficiam das pesquisas dialetais que registram, descrevem e analisam a diversidade, fornecendo parâmetros para a descrição, análise e registro da diversidade linguística, fornecendo elementos para pesquisas sobre o fenômeno da variação lexical e sua possível relação com fatores de natureza social, geográfica, histórica e cultural das áreas investigadas. É essa a perspectiva focalizada neste estudo.

2.1 Léxico: mecanismos de conservação

Como já pontuado, o léxico corresponde ao conjunto vocabular de um grupo de falantes, é o nível linguístico que melhor reflete a visão de mundo, os anseios, os valores e as crenças de grupos sociais no decorrer do tempo como pondera Isquierdo (2003, p. 165):

[...] o vocabulário de um grupo social atesta a forma como nomeia os referentes do mundo físico e do universo cultural em diferentes épocas da sua história. Em vista disso, o repertório lexical de uma comunidade linguística renova-se, transforma-se à medida que atuarem sobre ele fatores históricos, geográficos, culturais.

Observa-se, pois, que fatores sócio-históricos, culturais e geográficos são condicionantes extralinguísticos que contribuem para a conservação e a expansão do léxico de uma língua, entendida por Saussure ([1916] 2006, p. 17) como “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções adotadas pelo corpo social para permitir o exercício de comunicação entre os indivíduos”. Nessa perspectiva, na primeira metade do século XX, Darmesteter (1946) pontua que,

[...] em virtude de toda língua estar numa perpétua evolução, nela concorrem duas forças opostas: uma que determina a conservação de termos clássicos do idioma e outra que motiva, no nível lexical, a criação de novos termos, os neologismos (DARMESTER, 1946, *apud* ISQUERDO, 1996, p. 568).

Os processos de conservação e expansão lexical têm relação intrínseca com aspectos históricos, geográficos, sociais e culturais que afetam os falantes. Porém, é no eixo temporal que melhor se verifica o caráter conservador do léxico. Assim, quando uma unidade lexical entra em desuso porque o referente nomeado deixou de existir, tanto pode desaparecer da norma lexical dos falantes, quanto pode se manter em uso em determinada região como um regionalismo.

Como anteriormente assinalado, esse fenômeno é mais frequente em locais mais afastados dos grandes centros urbanos, áreas rurais por exemplo, que, a despeito de os avanços tecnológicos relativizarem a oposição rural e urbano, os ambientes rurais são menos passíveis de interferências dos meios de comunicação de massa (rádio, televisão e, na atualidade, a internet), favorecendo assim a manutenção de referentes,

de práticas e atividades ligadas ao universo rural e, por extensão, das suas formas de nomeá-los que passam a fazer parte do acervo vocabular dos falantes.

Nesse processo de conservação lexical, compreendido no eixo temporal sincrônico, pode manifestar-se o fenômeno do conservadorismo léxico, entendido aqui como formas lexicais que, ou entraram em desuso na língua, ou se mantiveram e foram preservadas, podendo ser “garimpadas” no acervo vocabular de um grupo social, configurando-se como regionalismos de uma determinada área geográfica.

Ainda em relação a essa dinâmica lexical, é preciso reiterar que, embora determinados itens lexicais por razões várias entrem em desuso num dado estágio da história da língua e em certos espaços, não desaparecem do sistema linguístico, somente deixam de ser atualizadas pelos falantes, seja pela preferência por uma forma lexical mais contemporânea, seja porque o referente deixou de existir e/ou perdeu a relevância social e econômica, como pondera Assumpção Júnior (1986, p. 137):

Cumprir notar que não se trata de “morte” de palavra (mesmo como metáfora de sua eliminação do patrimônio léxico) mas de deixar a atividade linguística, preterida por concorrente de maior prestígio na comunidade. [...] A crescente marginalização de dada forma – fator de sua futura obsolescência – tem sempre, vale frisar, contrapartida no crescente prestígio de uma concorrente – fator de sua futura soberania. Afinal, o uso das palavras é condicionado pelas necessidades de comunicação e a preferência por essa ou aquela forma depende dos atributos fônicos, mórficos e semânticos que a tornam para aquele fim mais eficaz, consoante escolha, variável no tempo e no espaço, da comunidade.

Nota-se, assim, que, nos casos apontados pelo autor, a unidade léxica não desaparece do sistema linguístico, pois se mantém na língua, seja de forma dicionarizada, seja em registros em documentos históricos ou em obras literárias ou, ainda, na memória dos falantes pertencentes a determinados grupos, sobretudo dos mais idosos que as “guardam” no baú de suas memórias, atestando o caráter

conservador dessas formas e a sua importância para a preservação da história e da cultura de um povo.

Em relação à manutenção de arcaísmos no acervo vocabular de determinados grupos de falantes, Mattos e Silva (2009), em seu estudo *o conceito relativo de neologismo e arcaísmo: um estudo panorâmico*, reconhece a presença de traços desse fenômeno no português brasileiro, em particular no falar baiano. A esse respeito assim se posiciona a autora:

Quanto aos arcaísmos, ao que suponhamos, menos estudados que os neologismos, ao parecerem extintos, reaparecem pelo menos em variedades rurais brasileiras. Se sarolha era usada nos séculos XIV e XV, no Livro de montaria de D. João I, reaparece em variedades dialetais como as dos falares baianos (MATTOS E SILVA, 2009, p. 19).

As áreas rurais, as regiões campestres e as cidades do interior, em especial as mais afastadas dos centros urbanos, configuram-se como espaços onde se manifestam com maior intensidade, traços de conservadorismos linguísticos:

Outro particular a ser destacado diz respeito ao caráter arcaizante manifesto na linguagem popular, que tende a manter-se sem grandes inovações, tendo em vista ser normalmente empregada, como código de comunicação, por grupos humanos, parcial ou totalmente, isolados do convívio com os modernos meios de comunicação [...] (ISQUERDO, 2003, p. 177).

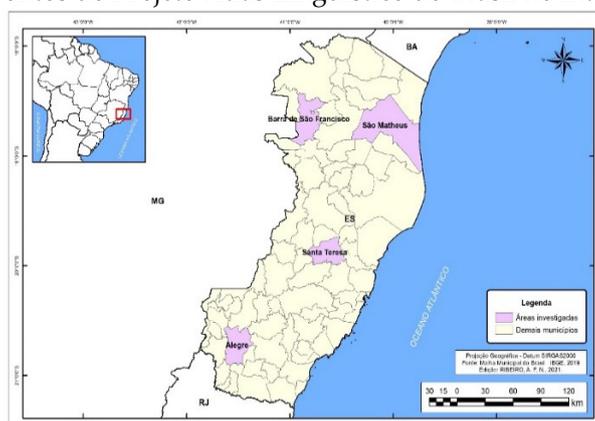
Desta forma, a manutenção de formas lexicais dessa natureza evidencia a força conservadora do léxico, o nível da língua que guarda e preserva o saber, o conhecimento, a cultura e a história de um povo no transcorrer do tempo. Assim, enveredar por essas memórias, pela história desses agentes humanos, a fim de resgatar traços de um léxico conservador é o que se busca neste trabalho.

3 Breve contextualização histórica da área pesquisada

A região Sudeste configura-se, desde o período colonial, como um espaço geográfico de destaque no contexto brasileiro. Os seus primeiros habitantes foram os indígenas e, mais tarde, os portugueses que ali aportaram em busca de novas terras para exploração de riquezas naturais, em particular, o pau-brasil, madeira abundante nessa região. O Sudeste também foi uma das portas de entrada de escravizados africanos trazidos pelos colonizadores, no período colonial.

Segundo o IBGE (2020)⁴, o Sudeste é a região mais populosa do Brasil, com aproximadamente 89.012 milhões de habitantes. Na atualidade, do ponto de vista econômico, é considerada a região mais importante do Brasil por concentrar os maiores polos industriais e comerciais do país. É nessa região que se situam as localidades selecionadas para este trabalho que, seguindo a sequência da rede de pontos⁵ do Projeto ALiB, estão assim distribuídos: 188 - Barra de São Francisco; 189 - São Mateus; 191 - Santa Teresa e 192 - Alegre (vide Figura 1).

Figura 1 — Rede de pontos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil no interior do Espírito Santo.



Fonte: elaborado pelas autoras e editado por Ribeiro (2021).

⁴Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 15 maio 2021.

⁵ A rede de pontos do projeto ALiB é constituída por 250 localidades, distribuídas por todo o território brasileiro, incluindo as cidades de grande e médio porte, inclusive as capitais, com exceção de Brasília/DF e Palmas/TO que, por serem de criação recente, não possuem informantes com a idade contemplada no Projeto. Para a seleção dessas áreas, consideram-se os seguintes critérios: a extensão, aspectos demográficos, culturais, históricos e o povoamento dessas regiões. Fonte: (<https://alib.ufba.br/content/rede-de-pontos>). Acesso em: 16 maio 2021.

3.1 Barra de São Francisco

Cidade localizada na região Sudeste do Brasil, na confluência dos rios São Francisco e Itaúnas, fato que deu origem ao topônimo do município, que também é conhecido como ‘sentinela capixaba’, nome impresso em seu Brasão, por representar a valentia e a bravura dos agricultores e policiais mortos em defesa daquele território. O início do povoamento dessa área data de 1929, quando lavradores vindos de Minas Gerais/MG, em busca de terras devolutas e férteis, fundam o patrimônio de São Sebastião que, em 1935, torna-se distrito, subordinado ao município de São Mateus e, em 31 de outubro de 1943, pela Lei 15.177, é elevado a município⁶.

Segundo os dados do IBGE (2020)⁷, a população dessa unidade administrativa é de aproximadamente 44.979 habitantes, que se distribuem em uma área total de 944.521 km² de extensão territorial. As principais fontes de renda do município advêm da extração de granito, da agricultura e do comércio diversificado, o que tem atraído para o município profissionais de diferentes categorias e empresários em geral, particularmente aqueles ligados à mineração.

3.2 São Mateus

Considerado o segundo município mais antigo do estado do Espírito Santo, a sua fundação remonta ao período colonial (1544). Em virtude da sua localização geográfica, é tida como umas das principais rotas de entrada de negros africanos na região, sendo o município com maior população negra do estado. Também recebeu grande contingente de imigrantes italianos a partir do ano de 1887, que ali aportaram para trabalhar nas lavouras de café⁸. Inicialmente era chamado de Povoado do Cricaré e, posteriormente, renomeado como São Mateus.

⁶ Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

⁷ Site do IBGE cidades: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/barra-de-sao-francisco/panorama>. Acesso em: 20 maio 2021.

⁸ Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em 20 maio 2021.

[...] denominado de Cricaré, hé a segunda criada pelo Prelado Bartholomeu Simoens Pereira. [...] Por este modo se povoou o terreno de novos colonos, que felizmente foi visitado pelo Padre José de Anchieta passados alguns anos, indo no exercício da Missão; e por chegar alli esse Ministro Evangelico no dia, em que a Santa Igreja solemniza o martírio do grande Apóstolo S. Matheus, deu ao Rio da sua proximidade o nome do mesmo apóstolo, com o qual ficou também conhecido o continente de sua circunvizinhança (ARAÚJO, 1820, p. 105).

São Mateus tornou-se município em 03 de abril de 1848, com uma extensão territorial de 2.346,047 Km². Reúne uma população estimada de 130.611 habitantes, de acordo com o IBGE (2019). O município possui uma economia bastante diversificada, com destaque para as atividades da agricultura, pecuária, fruticultura e extração do petróleo e gás natural; o turismo também é outro setor que muito contribui para o desenvolvimento econômico da região.

3.3 Santa Teresa

Berço da colonização italiana no Brasil, Santa Teresa foi reconhecida pela Lei Estadual n. 10.378/15 como a Capital Estadual da Imigração Italiana⁹. Também recebeu grandes levas de alemães, suíços e poloneses. A origem do seu nome tem como hipótese mais aceita, o fato de, no período de colonização, uma devota do local possuir um quadro de Santa Teresa de Ávila, e de reunir os moradores para rezar, cultuando a imagem da santa. Foi fundada em 26 de junho de 1875, desenvolvendo-se rapidamente. Em 1891 eleva-se à categoria de município¹⁰.

⁹ A respeito do Ato, consultar: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/173596788/dou-secao-1-12-01-2018-pg-2>. Acesso em: 14 maio 2021

¹⁰ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/historico>; https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

Abrange uma área territorial de 683,032 Km², com uma população estimada em 23.590 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2019)¹¹. Na economia do município, destaca-se a produção de uva e de vinho, sendo considerado o maior produtor do Estado. O turismo é outra atividade relevante na região.

3.4 Alegre

Datam de 1820¹², os primeiros povoamentos nessa região, motivados pela expedição chefiada pelo Capitão-mor Manoel Esteves de Lima, vinda de Minas Gerais em busca de terras férteis para exploração agrícola. Ao retornar a Minas Gerais, o capitão destinou aos homens de sua expedição terras para formarem fazendas e ranchos para dar guarida às tropas. Um desses homens foi o desbravador João Teixeira da Conceição que, por sua vez, construiu às margens do riacho Alegre e da estrada de Minas para o porto de Itapemirim, ranchos para apoio aos tropeiros, que dali seguiam em comitiva até esse porto.

Com o aumento do fluxo de tropeiros no local, o desbravador João Teixeira viu a oportunidade de ampliar o espaço visando a um novo negócio. Para tanto, melhorou as instalações para servirem de alojamento e abrigar as mercadorias desses hóspedes. Com o conseqüente crescimento da localidade, formou-se o povoado que deu origem à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alegre, tornando-se, posteriormente, Nossa Senhora da Penha. Mais tarde, eleva-se à categoria de Vila, que dá origem à cidade. E em três de abril de 1884, é criado o município de Alegre.

Conforme dados registrados pelo IBGE (2020)¹³, a população desse município está estimada em 30.084 habitantes, com uma área territorial de 756,860 Km². A região

¹¹ Site: [IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/panorama). Acesso em: 15 maio 2021.

¹² Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/alegre/historico>. Acesso em: 16 maio 2021.

¹³ Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 16 maio 2021.

tem como principais atividades econômicas a agropecuária, o comércio e serviços, além da forte cultura cafeeira.

4 Caminhos metodológicos

O levantamento de dados do *corpus* para este estudo apurou 17 unidades lexicais, obtidas por meio de audição dos inquéritos realizados com 15 informantes habitantes das sedes dos quatro municípios do estado do Espírito Santo, selecionados: São Mateus, Barra de São Francisco, Santa Teresa e Alegre. Foram apuradas respostas fornecidas para quatro perguntas associadas à área semântica da *fauna*, do Questionário Semântico-Lexical – QSL do Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p. 27): 075 (“a parte do cavalo onde vai a sela”); 076 (“a parte larga atrás do lombo”); 077 (“o que o boi tem na cabeça”) e 078 (“o boi sem chifre”).

A seleção dos falantes entrevistados atende ao perfil estabelecido pelo ALiB para localidades do interior, sendo inquiridos quatro informantes por localidade, nascidos e criados no município, de duas faixas etárias (18 a 30 anos; 50 a 65 anos), de ambos os sexos.

A coleta dos dados foi realizada por meio de audição dos áudios que compõem o Banco de Dados do ALiB. As unidades lexicais documentadas foram organizadas em planilhas do programa Excel que, por sua vez, subsidiaram a tabulação e análise posterior dos itens apurados. A abordagem léxico-semântica considerou a dicionarização das unidades léxicas documentadas e as descrições fornecidas pelos informantes durante as entrevistas. À luz da história social essas unidades foram analisadas sob a perspectiva diatópica e léxico-semântica

5 Análise dos dados

Considerando que as questões que motivaram a documentação dos dados analisados descrevem referentes predominantes no meio rural, ou seja, atividades e

práticas desenvolvidas pelo homem do campo, busca-se nesta seção verificar aspectos da relação entre as formas lexicais documentadas e a história social das regiões pesquisadas. Os referentes contemplados nas questões selecionadas relacionam-se às figuras do “boi” e do “cavalo”, animais que tiveram significativa representatividade no processo de formação e povoação do Brasil, à época de base essencialmente rural. Nesse período, o “boi” e o “cavalo” foram elementos fundamentais para a economia. O “boi” contribui não somente para a alimentação, como também como fonte de renda, enquanto o “cavalo” serviu como instrumento de trabalho, em especial aos tropeiros, que, no lombo de mulas e cavalos, conduziam as boiadas pelos vastos sertões:

Guiados pelos rebanhos, os homens ocupam o interior; desbravam a terra e fixam-se. Os rebanhos tornaram-se responsáveis não apenas pela ocupação humana da região, mas ainda por sua caracterização social. A pecuária dá fisionomia à região, quer marcando-lhe a vida econômica quer norteando-lhe a feição cultural. Em torno do gado criam-se as condições que normalizam e caracterizam a vida regional (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 150).

Assim, nesta seção, analisam-se os dados inicialmente, na perspectiva da diatopia, demonstrando a distribuição espacial dos itens lexicais apurados e respectiva frequência, segundo as localidades, seguida da discussão das unidades lexicais mais produtivas para cada uma das questões em análise.

Posteriormente, os dados são analisados na perspectiva léxico-semântica e, para tanto, como já assinalado, buscou-se aporte em obras lexicográficas, antigas e atuais, como Bluteau (1712-1728); Silva (1813); Ferreira (2009); Houaiss (2001) e Aulete (2006), para sustentar as análises. Considerou-se, também, os comentários e as informações complementares tecidas pelos informantes ao responderem as questões, haja vista que esses dados foram de suma importância para agregar informações na etapa da análise dos dados que, por sua vez, tem como objetivo discutir uma amostra da diversidade

lexical do vocabulário dos falantes capixabas e, desse modo, salientar a importância dos estudos dialetais para a descrição da realidade linguística do Brasil.

5.1 O léxico no eixo espacial: análise diatópica

As tabelas 1, 2, 3 e 4, a seguir, evidenciam a distribuição diatópica das unidades lexicais documentadas como respostas para as quatro perguntas selecionadas para este estudo, como também a frequência desses dados de acordo com a localidade. Apresentadas as tabelas, tecem-se considerações acerca das tendências evidenciadas pelos dados examinados.

Tabela 1 – Denominações para “a parte do cavalo onde vai a sela” no interior do Espírito Santo.

Localidades Item lexical	Barra de São Francisco	São Mateus	Santa Teresa	Alegre	Total de ocorrências	Porcentagens
Lombo		1	2	4	7	41,2%
Costa	4	2		1	7	41,2%
Corcunda do animal	1				1	5,9%
Espinhaço		1			1	5,9%
Suador do cavalo	1				1	5,9%
Total	6	4	2	5	17	100%

Fonte: elaboração das autoras. Banco de dados do ALiB.

Tabela 2 – Denominações para “a parte larga atrás do lombo” no interior do Espírito Santo.

Localidades Item lexical	Barra de São Francisco	São Mateus	Santa Teresa	Alegre	Total de ocorrências	Porcentagens
Anca	1	2	2	1	6	46,2%
Quarto	2	1			3	23,1%
Pá	1				1	7,7%
Bunda	1				1	7,7%
Traseira			1		1	7,7%
Garupa				1	1	7,7%
Total	5	3	3	2	13	100%

Fonte: elaboração das autoras. Banco de dados do ALiB.

Tabela 3 – Denominações para “o que o boi tem na cabeça” no interior do Espírito Santo.

Localidades Item lexical	Barra de São Francisco	São Mateus	Santa Teresa	Alegre	Total de ocorrências	Porcentagens
Chifre	4	4	3	4	15	100%

Fonte: elaboração das autoras. Banco de dados do ALiB.

Tabela 4 – Denominações para “o boi sem chifre” no interior do Espírito Santo.

Localidades Item lexical	Barra de São Francisco	São Mateus	Santa Teresa	Alegre	Total de ocorrências	Porcentagens
Mocho	1	1	1	2	5	50%
Sem chifre		2			2	20%
Mochado	1				1	10%
Munju	1				1	10%
Zebu			1		1	10%
Total	3	3	2	2	10	100%

Fonte: elaboração das autoras. Banco de dados do ALiB.

Os dados da tabela 1 apontam que as formas lexicais *lombo* e *costa* foram as mais produtivas no conjunto dos dados. A primeira foi mais frequente em Alegre, sendo indicada por todos os informantes dessa localidade, enquanto *costa*, a segunda em termos de registros, teve maior índice de menções em Barra de São Francisco. Já as unidades léxicas *cacunda do animal*, *espinhaço* e *suador do cavalo* tiveram ocorrência única. Houve também um caso de não resposta (NR) em Santa Teresa. Os casos de ocorrência única e o de não resposta podem indicar desconhecimento do referente e/ou de sua nomeação por parte do falante e deve-se, possivelmente, ao fato de se tratar de um objeto relacionado ao ambiente rural e a atividades tradicionalmente masculinas, como o cuidado com os equinos e com a lida com o gado.

A tabela 2, por sua vez, traz a unidade *anca* como a mais produtiva e foi documentada em todas as localidades selecionadas para o estudo, seguida do item lexical *quarto*, o segundo mais recorrente. Ressalte-se que o maior índice dessas variantes lexicais ocorreu nos municípios de Barra de São Francisco e de São Mateus,

áreas geograficamente muito próximas (aproximadamente 147 km separam as duas localidades). Os dois municípios têm a pecuária como uma das fontes de economia. Entende-se que os fatores proximidade geográfica e o desenvolvimento da mesma atividade econômica podem explicar o fenômeno observado.

As unidades com menor índice de ocorrência no conjunto de respostas foram *pá*, *bunda*, *traseira* e *garupa*, destas, merece atenção a unidade *pá*, que foi mencionada apenas no município de Barra de São Francisco por um informante idoso. Trata-se da localidade que apresentou maior índice de respostas para a pergunta em questão. As três são respostas fornecidas por falantes jovens, possivelmente, em virtude de desconhecimento do referente pelas razões já pontuadas.

Já a tabela 3 demonstra que *chifre* foi resposta categórica – todos os informantes das quatro localidades forneceram a mesma resposta: *chifre*, termo técnico disseminado pela escola e pela mídia, o que pode sugerir a não familiaridade dos capixabas citadinos com o léxico mais rural, de caráter conservador, relacionado à pecuária.

Por fim, na tabela 4, a unidade lexical *mochó* foi a mais frequente e mencionada apenas por informantes idosos. A segunda forma léxica mais recorrente, *sem chifre*, foi apurada somente em São Mateus, enquanto as denominações *mochado*, *munju* e *zebu* se configuraram como resposta única.

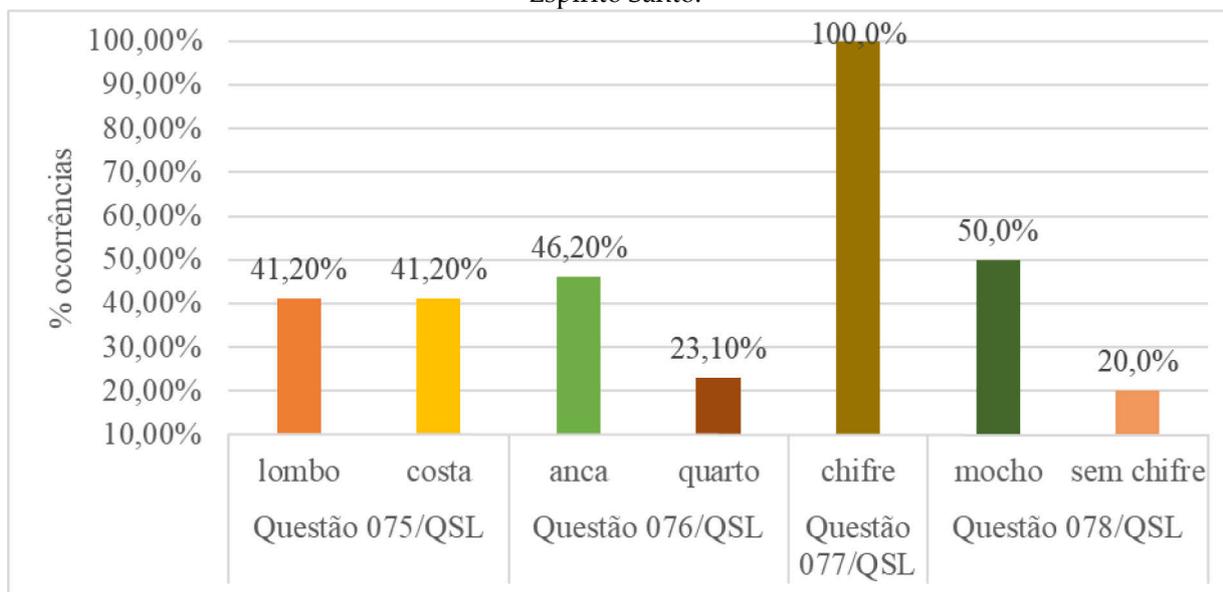
As não respostas alçaram cinco ocorrências (25% dos falantes) e ocorreram, nas quatro localidades pesquisadas, apenas entre informantes jovens, o que pode indicar a falta de contato com um referente não urbano.

Os dados registrados nas tabelas 1, 2, 3 e 4, uma amostra singela, se comparada com a robustez do *corpus* do ALiB, fornecem um panorama das denominações catalogadas em termos diatópicos no interior do Espírito Santo e fornecem indícios da vitalidade do léxico na área semântica das *atividades agropastoris*, nas localidades em foco, uma vez que foram computados cinco itens lexicais como respostas para a

pergunta 075; seis para a pergunta 076, um para a pergunta 077 e cinco para a pergunta 078, distribuídos pelas quatro áreas capixabas investigadas. Reitera-se que a baixa produtividade de respostas para algumas das perguntas, como também os casos de não respostas denotam que falantes urbanos, em especial os mais jovens, desconhecem os referentes nomeados.

Por sua vez, os dados lexicais fornecidos pelos falantes idosos apontam para a manutenção, no âmbito das quatro localidades do interior do Espírito Santo, de algumas formas lexicais, como é o caso de *pá* e *garupa*, como denominação da *anca* (“parte larga atrás do lombo”) do cavalo, unidades relacionadas ao vocabulário rural que tende a ser mais conservador, haja vista que nomeiam referentes pouco frequentes em áreas urbanas. Na sequência, o Gráfico 1 fornece uma visão de conjunto dos dados em exame, reunindo as unidades lexicais mais produtivas como respostas para cada pergunta e respectivos índices de ocorrência.

Gráfico 1 – Distribuição das unidades lexicais que nomeiam partes do *boi* e do *cavalo* no interior do Espírito Santo.



Fonte: elaboração das autoras. Banco de dados do ALiB.

5. 2 Análise semântico-lexical

Reitera-se que, para subsidiar a análise semântico-lexical das unidades lexicais que compõem o *corpus* aqui estudado, foram consultadas, sistematicamente, as seguintes obras lexicográficas da língua portuguesa: Bluteau (1712-1728); Silva (1813); Ferreira (2004); Aulete (2006) e Houaiss (2001).

Considerando a dimensão deste trabalho, foram priorizadas para análise semântica as duas formas lexicais mais produtivas que denominam o referente expresso em cada pergunta, na seguinte ordem: QSL/ALiB/075: *lombo* e *costa*; QSL/ALiB/076: *anca* e *quarto*; QSL/ALiB/077: *chifre* (registro único) e QSL/ALiB/078: *mocho* e *sem chifre*.

Dentre as denominações que nomeiam “a parte do cavalo onde vai a sela”, situa-se *lombo* que, de acordo com Silva (1813), designa “lombo de porco, de boi: carne sem osso, tirada do longo do espinhaço”. O dicionário Houaiss (2001) indica como datação da unidade lexical *lombo* o século XIII, com etimologia latina “*lumbus*” na acepção de “rins (de pessoas e de animais), espinhaço”. O dicionarista considera essa unidade léxica como um processo de derivação por extensão de sentido, marcando-a também como de uso informal, na acepção de “costas, dorso” e a classifica como um brasileirismo jocoso correspondendo a “nádegas, bunda”.

Nota-se, pelas acepções dicionarizadas para a unidade lexical *lombo*, que o seu uso para denominar as “costas do cavalo” decorre de um processo de extensão de sentido. O mesmo raciocínio parece aplicar-se ao uso da forma lexical *costa* para nomear a mesma parte do animal, sentido decorrente de um processo metonímico em que se considerou o todo pela parte. Segundo Bluteau (1712-1728), “costas são propriamente a segunda divisão do espinhaço”.

Ainda relacionado às partes do cavalo, a unidade lexical *anca* foi a mais produtiva para denominar “a parte larga atrás do lombo”. Bluteau (1712-1728), por exemplo, atribui a seguinte acepção à forma lexical *anca*: “deriva-se do francês Anche

que he Quadril. Anca do cavalo. Garupa. Quartos trazeiros do cavalo”. Corroborando essa definição, Houaiss (2001) registra no verbete *anca*: “parte mais alta do quarto traseiro de um quadrúpede, esp. cavalo, burro e etc., garupa”. Quanto à etimologia, o lexicógrafo informa ser proveniente do lat. medv. *hanc(h)a*, e que no “lat. lusitânico o voc. já ocorre desde 1141”. Pode-se inferir que os falantes associam o sema “parte larga” que aparece no texto da pergunta do QSL/ALiB às características da anatomia traseira do cavalo.

A variante lexical *quarto* também se relaciona à parte do corpo dos animais, conforme se observa na acepção a ela atribuída por Silva (1813): “Hum quarto de carne, de vaca, carneiro, he huma mão, ou perna até a metade do lombo, na altura, e até meia barriga na largura”. Já Caldas Aulete (2006) registra como uma das atribuições de *quarto* a seguinte acepção: “parte superior da coxa e lateral dos quadris”.

Também em relação às denominações obtidas por meio da pergunta 076/QSL/ALiB, é pertinente pontuar o registro único de *traseira*, mencionada pela informante jovem de Santa Teresa, unidade lexical formada pelo processo de sufixação: “A parte posterior de algo” (AULETE, 2006) que se relaciona diretamente às duas unidades lexicais mais produtivas – *anca* e *quarto* – que remetem a “quarto” e a “traseiro” que, por sua vez, correspondem ao nome de uma parte posterior do animal.

Já a unidade lexical *chifre* foi categórica como resposta para a pergunta QSL/ALiB/077 mencionada pelos informantes em todas as localidades pesquisadas. O dicionário de Silva (1813) indica essa unidade léxica como remissiva de *cornu*, que o dicionarista define como “s.m. A ponta dura, ou oca, ou sólida, que trazem na fronte alguns animais, como o boi, o carneiro, o bode”. Trata-se, pois, de uma unidade léxica genérica, cuja recorrência está consolidada pelo uso e perpetuada pelos registros lexicográficos.

No que concerne às denominações para “o boi sem chifre” (QSL/ALiB/078), o item lexical *mocho* foi apurado em todas as regiões em estudo e citado apenas por informantes idosos, dado que demonstra a manutenção de formas léxicas comuns no universo rural ainda presentes no léxico de falantes urbanos. Está dicionarizada como de etimologia incerta e designa, de acordo com Machado (1987), “sem chifre. Origem obscura (criação expressiva?)”, Ferreira (2004) também confirma o exposto: “[De origem incerta]. Diz-se do animal que, devendo ter chifres, não os tem, por ter nascido sem eles ou porque lhos cortaram”. Houaiss (2001), por seu turno, traz a seguinte explicação “ETM orig. contrv., esp. mocho ‘mutilado, animal cornífero, a que se cortaram as pontas, sem cornos, que tem falta de algum membro; talvez de orig. expressiva; f. hist. s XV mocho (alcunha), 1611 moucho, 1716 mocho [...]”. Já Caldas Aulete (2006), dentre outras, registra para a unidade léxica *mocho* a seguinte acepção: “Diz-se de animal que não tem chifres (touro mocho). RS P.ext. Diz-se de cavalo que tem as duas orelhas caídas”¹⁴.

A documentação da unidade léxica *mocho* denota o modo como os informantes idosos nomeiam o referente em pauta que, apesar de sua origem incerta, como registram os lexicógrafos, é uma forma de uso comum entre os informantes inquiridos. Uma unidade lexical denominativa de referentes típicos do meio rural, o que aponta para a familiaridade desses falantes com as atividades rurais, o que por extensão se reflete nas formas de nomeá-las. Como essas práticas se mantêm, os nomes se conservam, sendo incorporados à norma lexical dos profissionais que atuam na área e também se dissemina entre outros grupos de falantes.

A unidade lexical *sem chifre* foi a segunda mais frequente como resposta para a pergunta em questão, não está dicionarizada, mas evidencia correspondência com a

¹⁴ Cuba e Isquerdo (2010), em estudo sobre “Vocabulário da área semântica do cavalo na região Centro-Oeste: um estudo com dados geolinguísticos”, identificaram no Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul a unidade lexical *mocho*, a par de *troncho*, *cabano*, *nambi*, como denominação do “cavalo que possui uma orelha caída”, portanto, uma outra característica do cavalo.

forma anterior, *mochó*, tendo em vista que nomeiam o mesmo referente, ou seja, o animal que não tem chifre e, por sua vez, remete ao próprio texto da pergunta “o boi sem chifre”, conforme a definição apresentada por Silva (1813), “sem chifre”. O mesmo se observa em Houaiss (2001): “desprovido de chifres, ou com os chifres aparados”. Os informantes, pela não familiaridade com o referente, ou devido ao esquecimento, podem ter se valido do enunciado da própria pergunta para respondê-la.

Em se tratando das unidades lexicais de ocorrência única no *corpus* estudado, merecem destaque as formas *pá* e *garupa*, ambas documentadas como denominação da “parte larga atrás do lombo do cavalo” (QSL/ALiB/ 076) que foram fornecidas apenas por falantes idosos, o que aponta para a conservação de itens próprios do meio rural preservados na norma lexical dos habitantes das localidades pesquisadas. O item léxico *pá* está assim definido por Silva (1813): “Pá dos cavalos; o mais alto e carnudo das pernas, onde se unem ao corpo”. Enquanto Houaiss (2001) traz a seguinte acepção “ALIM carne bovina de segunda categoria, correspondente à parte mais larga e carnuda da perna da frente das reses; *apa*”, forma classificada pelo lexicógrafo como brasileirismo informal “m.q. PÁ (‘carne bovina’)”.

O registro único do item *pá* mencionado por um informante idoso pode indicar uma forma lexical entrando em desuso, provavelmente por se tratar de um item específico utilizado para nomear referentes comuns no meio rural como o cavalo e o boi. Nesse espaço, ainda hoje se realiza a prática de “carnear” a vaca, atividade não frequente em áreas urbanas, haja vista que devido ao desenvolvimento industrial e mercantil, nessas áreas a carne bovina, por exemplo, já se encontra nos açougues cortadas, pronta para o consumo. Desse modo, as acepções registradas apontam para a marca de ruralidade do item léxico *pá*.

O item léxico *garupa*, por sua vez, de acordo com Ferreira (2004), origina-se “do francês “croupe – francês: Kruppa. A parte superior do corpo das cavalgadas que se estende do lombo aos quartos traseiros”. Em Houaiss (2001) há a acepção “a parte

superior do corpo dos equídeos, desde o lombo até os quartos traseiros. A anca dos quadrúpedes”. E tem como etimologia “frânc. Kruppa ‘massa arredondada’ (fr. croupe, provç. Cropa, it. Groppa, esp. g[u]rupa)”. Em Bluteau (1712-1728) aparece a acepção “parte posterior do cavalo, desde a extremidade do lugar da sella, até o cabo. Montando em hum cavalo, lhe deu Garupa”. As unidades léxicas dicionarizadas têm em comum o sema “parte traseira dos cavalos”, situada na anca, logo, na parte “larga” desses animais. A ocorrência única de garupa e sua respectiva dicionarização demonstra o uso de um item específico do universo rural que se conserva no vocabulário dos falantes urbanos entrevistados.

Registre-se ainda que as não respostas (NR) ocorreram apenas entre informantes jovens, o que pode indicar desconhecimento de referentes característicos do meio rural ou o esquecimento das formas de nomeá-los.

A partir dessas ponderações, pode-se considerar que algumas unidades lexicais examinadas no âmbito deste estudo evidenciam a manutenção de um vocabulário relacionado ao caráter conservador da área rural. Essas formas lexicais, apesar de pouco frequentes, ainda se conservam no acervo vocabular de falantes, sobretudo dos idosos que vivem em ou próximos ao meio rural, em regiões campesinas, no caso das aqui investigadas, do interior do estado do Espírito Santo.

6 Considerações finais

O estudo aqui apresentado ratificou o caráter dinâmico do léxico, nível que não existe isolado num sistema linguístico, não surge aleatoriamente, mas sim motivado por algum condicionante externo à língua, seja de natureza histórica, geográfica ou sociocultural. Acompanhando as transformações ocorridas na sociedade e na cultura e atendendo as necessidades dos falantes ao longo do tempo e do espaço, o léxico ora se expande ora se contrai para se adequar às mudanças ocorridas na sociedade, mais especificamente, no meio em que vivem os falantes.

O estudo realizado deu mostras da manutenção de formas lexicais que indicam traços de um vocabulário capixaba relacionado a atividades campesinas, de certa forma, conservador, assim como os referentes nomeados – práticas e atividades próprias do universo rural, da lida com o gado, por exemplo. As unidades *pá* e *garupa*, no *corpus* examinado, mencionadas apenas por informantes idosos como denominação da “parte larga atrás do lombo do cavalo?” são exemplos de que

[...] nos falares dos grupos sociais mais desfavorecidos culturalmente – rurais, rurbanos, ou mesmo urbanos, mas especialmente nos falares de povoações perdidas por este imenso Brasil, de acesso difícil durante séculos e, não raro, ainda em nossos dias – permaneceram muitas antigualhas linguísticas que os atlas e as monografias dialetais vêm trazendo à tona (CUNHA, 1986, p. 206).

Em síntese, este trabalho buscou demonstrar aspectos da relação entre o acervo vocabular de grupos sociais pertencentes ao estado do Espírito Santo e a história social e cultural das localidades analisadas, com destaque para indícios de marcas de conservadorismo no vocabulário dos falantes capixabas, naturais de Barra de São Francisco, São Mateus, Santa Teresa e Alegre.

Referências

AMARAL, A. **O dialeto Caipira**. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

ARAÚJO, J. de S. A. P. e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820. Biblioteca digital do Senado. v. 2. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182898> . Acesso em : 24 out. 2019.

ASSUMPÇÃO, JR. A. P. **Dinâmica léxica portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

AULETE, F. J. C.; VALENTE, A. L. dos S. **Aulete Digital: Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2006. Disponível em: <http://aulete.com.br>. Acesso em : maio 2021.

BLUTEAU, R. **Vocabulário Português & Latino**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. (Acervos on-line). Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria lingüística**. Teoria lexical e lingüística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIDERMAN, M. T. C. O léxico, testemunha de uma cultura. XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Romanicas, 1992, Santiago de Compostela. **Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Romanicas**. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 1989, p. 397-405.

BIDERMAN, M. T. C. Conceito lingüístico de palavra. **Palavra**. n. 5, Rio de Janeiro: Grypho, p. 81-97, 1999. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i2p81-118>

CARDOSO, S. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARDOSO, S. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Vol. 1 (Introdução). Londrina: EDUEL, 2014a.

CARDOSO, S. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Vol. 2 (Cartas Linguísticas). Londrina: EDUEL, 2014b.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Linguístico do Brasil: Questionários 2001**. Londrina: EDUEL, 2001.

CUNHA, C. Conservação e inovação no Português no Brasil. **O eixo e a Roda**. Belo Horizonte, n. 5, p. 199-230, 1986. DOI <https://doi.org/10.17851/2358-9787.5.0.199-230>

CUBA, M. A.; ISQUERDO, A. N. Vocabulário da área semântica do *cavalo* na região Centro-Oeste: um estudo com dados geolinguísticos. **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador, n. 41, p. 259-290, janeiro/junho, 2010.

DIEGUES JUNIOR, M. **Regiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC. INEP. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

DUBOIS, J. *et. al.* **Dicionário de linguística**, 19^a ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região Sudeste**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 15 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Barra de São Francisco**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em : 15 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. Barra de São Francisco**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/barra-de-sao-francisco/panorama>. Acesso em : 20 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São Mateus**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em : 20 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santa Teresa**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/historico>. Acesso em: 15 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. Santa Teresa**. Disponível em: [IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/panorama). Acesso em: 15 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. Alegre**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/alegre/historico>. Acesso em: 16 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alegre**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 16 maio 2021.

ISQUERDO, A. N. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. *In*: MARIN, J. R; VASCONCELOS, C. A. (org.). **História, região e identidades**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003. p. 165-181.

ISQUERDO, A. N. Léxico regional: análise de algumas marcas de conservadorismo linguístico. **Estudos Lingüísticos** (São Paulo), São Paulo, v. 25, p. 568-574, 1996.

MACHADO, J. P. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

MATTOS E SILVA, R. V. O conceito relativo de neologismo e arcaísmo: um estudo pancrônico. *In*: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; SOLEDADE, J. (org.). **Do português arcaico ao português brasileiro**: outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 11-20.

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Densidade**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em 27 nov. 2019.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de.; ISQUERDO, A. N. Apresentação. *In*: OLIVEIRA, A. M. P. P. de.; ISQUERDO, A. N. **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. 2ª ed. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2001. p. 13-21.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, [1916] 2006.

SILVA, A. de M. **Diccionario da língua portugueza**. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/diccionario/edicao/2>. Acesso em : 27 nov. 2019.

Artigo recebido em: 03.05.2021

Artigo aprovado em: 24.09.2021